

## Carros

Motos

Digite marca ou modelo da moto

## Localização

Digite seu estado ou cidade

São Paulo

## O que é interessante pra você?



Car Delivery



Entregamos o carro na sua casa

## Marca da moto



HONDA

CG 150 TITAN MIX KS

Adicione mais um  
veículo

## Motos



Novas



Usadas

## Ano

de

2009

ex.: 2014

até

2009

ex.: 2019

## Preço

Home > Motos > Sp > Honda > Cg-150-titan-mix-ks >  
2009 > 2009

## Honda Cg 150 Titan Mix Ks 2009: Motos usadas, seminovas e novas em São Paulo | Webmotors

4 motos encontradas

HONDA CG 150 TITAN  
MIX KS

R\$ 8.900

2008/2009

268.087 Km

Ver parcelas

Rio Claro - SP



A Webmotors usa Cookies, pequenos arquivos para aprimorar e proteger a sua experiência :)

Clique aqui para mudar suas preferências ou saiba mais na nossa [Termos de Uso e Política de Privacidade](#) e [Política de Cookies](#).

Entendi





Carros

Motos

Localização

Digite seu estado ou cidade

O que é interessante pra você?

Car Delivery 

Entregamos o carro na sua casa

Marca da moto



HONDA

CG 150 TITAN MIX KS

Adicione mais um veículo

Motos

Novas

Usadas

Ano

de

até

ex.: 2014

ex.: 2019

Preço

A Webmotors usa Cookies, pequenos arquivos para aprimorar e proteger a sua experiência :)

para mudar suas preferências ou saiba mais na nossa [Termos de Uso e Política de Privacidade](#) e [Política de Cookies](#).





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Justiça de Primeira Instância

Comarca de Pratápolis / Vara Única da Comarca de Pratápolis

Avenida Leonidas Dias Pedroso, 400, Santa Bárbara III, Pratápolis - MG - CEP: 37970-000

PROCESSO Nº: 0023788-44.2018.8.13.0529

CLASSE: [CÍVEL] EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)

ASSUNTO: [Duplicata]

AUTOR: NOVA MIX INDUSTRIAL E COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA CPF:  
08.142.803/0001-92

RÉU: SUPERMERCADO TORRA TORRA EIRELI - EPP CPF: 07.881.697/0001-04

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Segue decisão em anexo.

**Publique-se. Registre-se. Intimem-se.**

Pratápolis, data da assinatura eletrônica.

ANGELO DE ALMEIDA

Juiz(íza) de Direito

Vara Única da Comarca de Pratápolis





**Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais**

**JUSTIÇA DE 1ª INSTÂNCIA  
VARA ÚNICA DA COMARCA DE PRATÁPOLIS**

**Processo nº: 0023788-44.2018.8.13.0529**

**DECISÃO**

**Vistos, etc.**

Trata-se de execução de título extrajudicial proposta por **NOVA MIX INDUSTRIAL E COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA** em face de **SUPERMERCADO TORRA TORRA EIRELI – EPP**, devidamente qualificados nos autos.

A exequente requereu a avaliação e o leilão de um bem já penhorado, uma motocicleta CG 150 Titan Mix KS, placas OLW-2465 (id. 9548895890). Com o objetivo de viabilizar a alienação do bem para satisfação do crédito executado, a exequente requer a juntada da avaliação da moto, baseada em pesquisa realizada na Webmotors, considerando o ano de fabricação de 2009 e atribuindo o valor de R\$ 9.800,00.

Além disso, argumenta que a executada permaneceu inerte quanto ao valor e à documentação do veículo, razão pela qual reforça o pedido para que a avaliação seja formalmente anexada aos autos e o leilão da motocicleta seja realizado. Por fim, a exequente reitera que já houve a indicação de um leiloeiro, pugnando pela alienação por iniciativa particular (id. 9669556930) para a realização da alienação do bem e reforça esse pedido, solicitando o deferimento das medidas necessárias para a efetivação do leilão (id. 10380689986).

**Vieram-me os autos conclusos. Decido.**

**1. Quanto à avaliação do bem penhorado:**

No que se refere à avaliação, o Código Processual Civil dispensa esta quando se tratar de veículo automotor cuja cotação possa ser feita consoante preço médio de mercado. Vejamos o que dispõe o artigo 871, inciso IV:

Art. 871. Não se procederá à avaliação quando:

(...)

IV - se tratar de veículos automotores ou de outros bens cujo preço médio de mercado possa ser conhecido por meio de pesquisas realizadas por órgãos oficiais ou de anúncios de venda divulgados em meios de comunicação, caso





**Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais**

**JUSTIÇA DE 1ª INSTÂNCIA  
VARA ÚNICA DA COMARCA DE PRATÁPOLIS**

em que caberá a quem fizer a nomeação o encargo de comprovar a cotação de mercado.

O Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais já decidiu em casos análogos:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENHORA VEÍCULOS AUTOMOTORES TERMO. ARTIGO 845 §1º CPC. COMPROVAÇÃO EXISTÊNCIA. SISTEMA RENAJUD. PREVISÃO LEGAL. POSSIBILIDADE. - Com fincas no disposto no artigo 845, § 1º do Novo Código de Processo Civil, é possível realizar a penhora por termo nos autos de veículos automotores, desde que provada a existência do bem, através do sistema Renajud. (TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0000.22.025212-6/001, Relator(a): Des.(a) Luiz Carlos Gomes da Mata, 13ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 14/07/2022, publicação da súmula em 18/07/2022).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES POR TERMO NOS AUTOS. ARTIGO 845, §1º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. POSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. A norma inserta no art. 845, §1º, do Código de Processo Civil de 2015, trouxe inovação legislativa ao permitir a penhora de veículos automotores, por termo nos autos, quando apresentada certidão que ateste sua existência. 2. A referida previsão visa a conferir maior efetividade ao processo, atendendo aos princípios da celeridade e da economia processual. 3. **Demonstrada a existência de veículos automotores de propriedade da coobrigada, ainda que por meio de pesquisa, via sistema RENAJUD, realizada em 2015, o deferimento do pedido de realização de penhora, por meio de termo nos autos, dentro do limite da dívida exequenda, é medida que se impõe, sob pena de obstruir a finalidade precípua da execução, qual seja, expropriar bens do devedor, a fim de satisfazer o direito do credor, bem como de inviabilizar a celeridade e a efetividade da prestação jurisdicional.** (TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0027.08.155915-8/001 - Rel. Des. Bitencourt Marcondes - Dje 11.10.2017). Destaquei.

Urge salientar, a princípio, que a restrição inserida no sistema Renajud não se reveste de penhora. Contudo, posteriormente, foi realizada a penhora por meio de Oficial de Justiça (id. 9785224664 e anexos), o qual não logrou êxito em promover a avaliação devido à ausência de disponibilização do documento do veículo e demais dados essenciais deste.

Assim, certo é que a existência do veículo restou demonstrada nos autos, conforme se extrai do documento do Renajud e da própria diligência realizada pelo Oficial de Justiça.

Portanto, não vislumbro óbices na utilização do valor da avaliação com base na média de mercado, notadamente por ser tratar de veículo automotor, consoante a permissividade estabelecida pelo art. 871, inciso IV, do Código de Processo Civil.





**Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais**

**JUSTIÇA DE 1ª INSTÂNCIA  
VARA ÚNICA DA COMARCA DE PRATÁPOLIS**

**2. Quanto ao requerimento de alienação por iniciativa particular:**

A alienação por iniciativa particular constitui uma das formas prioritárias de expropriação previstas no Novo Código de Processo Civil, ocorrendo mediante requerimento do exequente e não podendo ser imposta pelo juízo de ofício.

Nos termos do art. 880 do NCPC, o exequente pode requerer a alienação diretamente ou por intermédio de corretor ou leiloeiro público credenciado, sendo desnecessária a intervenção de leiloeiro caso o próprio exequente opte por conduzir o procedimento.

O ilustre jurista Elpídio Donizetti, (“Novo Código de Processo Civil comentado”, São Paulo: Atlas, 2017, 2ª ed., p. 706/707), discorre sobre a alienação por iniciativa particular:

“Dispõe o art. 880 que, não efetivada a adjudicação dos bens penhorados, o exequente poderá requerer a alienação por sua própria iniciativa ou por intermédio de corretor ou leiloeiro público credenciado perante o órgão judiciário. Verifica-se que a alienação por iniciativa particular constitui faculdade do exequente, e somente ocorrerá mediante requerimento deste, não havendo possibilidade de determinação do juiz.

No requerimento o exequente indicará se a alienação do bem será feita por iniciativa própria ou por intermédio de corretor ou leiloeiro público credenciado perante o órgão judiciário. Se o próprio exequente promover a alienação não fará jus à comissão de corretagem ou àquela que seria destinada ao leiloeiro, mas terá direito de ser reembolsado das despesas com publicidade desde que prevista no plano de alienação fixado pelo juiz.”.

Frisa-se que, o §1º e ss, do art. 880, NCPC, dispõe sobre a forma de como a alienação por iniciativa particular deverá ser feita pelo exequente:

Art. 880. Não efetivada a adjudicação, o exequente poderá requerer a alienação por sua própria iniciativa ou por intermédio de corretor ou leiloeiro público credenciado perante o órgão judiciário.

§ 1º O juiz fixará o prazo em que a alienação deve ser efetivada, a forma de publicidade, o preço mínimo, as condições de pagamento, as garantias e, se for o caso, a comissão de corretagem.

§ 2º A alienação será formalizada por termo nos autos, com a assinatura do juiz, do exequente, do adquirente e, se estiver presente, do executado, expedindo-se:

I - a carta de alienação e o mandado de imissão na posse, quando se tratar de bem imóvel;

II - a ordem de entrega ao adquirente, quando se tratar de bem móvel.







**Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais**

**JUSTIÇA DE 1ª INSTÂNCIA  
VARA ÚNICA DA COMARCA DE PRATÁPOLIS**

§ 3º Os tribunais poderão editar disposições complementares sobre o procedimento da alienação prevista neste artigo, admitindo, quando for o caso, o concurso de meios eletrônicos, e dispor sobre o credenciamento dos corretores e leiloeiros públicos, os quais deverão estar em exercício profissional por não menos que 3 (três) anos.

§ 4º Nas localidades em que não houver corretor ou leiloeiro público credenciado nos termos do § 3º, a indicação será de livre escolha do exequente.

Em casos análogos, esse foi o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais:

**EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA - ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR - POSSIBILIDADE - INDICAÇÃO DE LEILOEIRO PÚBLICO - DESNECESSIDADE - ART.880, DO NCPC. A alienação por iniciativa particular é a primeira das formas de alienação, preferindo à alienação por leilão judicial. Como o próprio texto legal estabelece, ela ocorre por requerimento do exequente, é uma faculdade que a lei lhe confere, não podendo ser determinada pelo juiz, de ofício. **Havendo o requerimento pelo exequente acerca de seu interesse em proceder a alienação por iniciativa particular, não há que se falar em indicação/intervenção de leiloeiro público, vez que a lei especifica critérios para a realização do ato.** (TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0024.13.418951-3/001, Relator(a): Des.(a) Marco Aurelio Ferenzini, 14ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 30/11/2017, publicação da súmula em 01/12/2017) (destaquei).**

Dessa forma, havendo manifestação do exequente em realizar a alienação por sua própria iniciativa, cabe ao juízo apenas fixar os parâmetros do procedimento, incluindo prazo, forma de publicidade, preço mínimo, condições de pagamento e garantias.

As condições da alienação por iniciativa da exequente serão as seguintes:

- 1) A alienação deverá ocorrer no prazo de 06 (seis) meses, prorrogável por igual período, caso não apareçam quaisquer interessados;
- 2) As condições de pagamento e as garantias de cumprimento serão analisadas no momento da homologação;
- 3) A publicidade mínima do ato deverá ser realizada através: (a) da publicação de anúncios em jornais de grande circulação na região de Pratápolis e em outras regiões do Estado, a critério da parte exequente, sempre nos cadernos destinados a anúncios classificados; bem como da publicação em redes sociais; (b) da publicação de edital a ser afixado no quadro de avisos do Fórum e publicado no DJe por pelo menos 03 (três) vezes, com intervalo de 15 (quinze) dias entre cada publicação; e (c) de outros meios de divulgação, desde que haja







**Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais**

**JUSTIÇA DE 1ª INSTÂNCIA  
VARA ÚNICA DA COMARCA DE PRATÁPOLIS**

---

autorização deste juízo, devendo o respectivo pedido indicar o custo e os benefícios do meio de divulgação indicado;

4) O preço mínimo da alienação será aquele obtido pela média de mercado, ora juntada pelo exequente (R\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais) – id. 10380689986 e id. 10380689583), notadamente diante da permissividade trazida pelo art. 871, inciso IV, do Código de Processo Civil.

No mais, proceda-se a secretaria com o cumprimento do que for necessário, relativo à eventuais intimações e afins, visando dar efetividade ao procedimento pretendido pelo exequente, consistente na alienação por iniciativa particular do bem penhorado.

**Intimem-se. Publique-se. Cumpra-se.**

Pratápolis/MG, data da assinatura eletrônica.

**Angelo de Almeida**

**Juiz de Direito**

